

AS MULHERES ENTRE A FOLIA, O TRABALHO E A CIDADE: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO POR TRABALHADORAS DO CARNAVAL DE RUA CARIOCA

Women between reverly, work and the city: the occupation of public space by female workers in Rio's Street Carnival

Ana Clara Vega Martinez Veras Ferreira*

RESUMO

Atualmente, diversas mulheres têm utilizado o carnaval de rua carioca como espaço de organização sociopolítica, em um processo de reflexão que articula cidade, trabalho, carnaval e gênero. É cada vez mais comum encontrar mulheres trabalhando no carnaval, em condições precarizadas de informalidade e hiperflexibilização, assim como a introdução de pautas feministas ao carnaval de rua, com campanhas antiassédio e criação de blocos femininos e feministas. Para analisar essa conjuntura e suas complexidades, este artigo busca discutir, as formas de atuação laboral e política das trabalhadoras no carnaval de rua carioca contemporâneo. Para tal, a metodologia se baseia na análise de entrevistas semiestruturadas realizadas pela autora com trabalhadoras da festa de rua e em revisão bibliográfica a partir de teorias de gênero, articuladas à raça e classe, em conjunto com estudos sobre o espaço urbano e sociologia do trabalho. O resultados demonstram que as movimentações sociopolíticas dessas trabalhadoras aproximaram mais mulheres da política por meio do carnaval de rua, em uma dinâmica feminina e feminista de ocupação do espaço público.

Palavras-chave: Carnaval de rua; feminismo; direito à cidade; trabalho; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Currently, several women have been using Rio's Street Carnival as a space for socio-political organization, in a process of debate that articulates the city, work, carnival and gender. It is increasingly common to find women working at the carnival, in precarious conditions of informality and hyper-flexibility, as well as the introduction of feminist agendas to street carnival, with anti-harassment campaigns and the creation of women's and feminist blocos. To analyze this scenario and its complexities, this article seeks to discuss the forms of labor and political action of female workers in the contemporary Rio Street carnival. To this end, the methodology is based on the analysis of semi-structured interviews conducted with female street carnival workers, combined with a bibliographical review based on theories of gender, linked to race and class along with studies on urban space and the sociology of work. The findings revealed that workers' socio-political movements have brought more women closer to politics through street carnival, in a feminist dynamic of public space occupation.

Keywords: Rio Street Carnival; feminism; city; work.

*Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda em Sociologia (PPGSA/UFRJ). Mestre em Cultura e Territorialidades (PPCULT/UFF). Bacharel em Produção Cultural (UFF). Contato: anaclara.vega@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6201-7324>.

1. INTRODUÇÃO¹

O carnaval carioca é uma manifestação cultural atravessada por múltiplas disputas sociopolíticas e econômicas, presentes nesta festa desde o início de seu desenvolvimento no Brasil, até os dias atuais (Ferreira, 2021). Ao contrário do que o senso comum nos leva a pensar, o carnaval não é um momento de total abstração das questões políticas e sociais do cotidiano, tendo diversas problemáticas da sociedade brasileira, como o sexismo e o racismo, por exemplo, refletidas e/ou ampliadas em suas práticas e em seus aspectos simbólicos. Sejam os debates históricos sobre o início da festa carnavalesca, as discussões teóricas acerca dos significados da palavra carnaval, ou até questões subjetivas sobre o “verdadeiro” carnaval ou suas formas “legítimas”, a festa e suas diversidades são construídas por meio dessas trocas e negociações. É um espaço com caráter significativamente político, que tem a rua não só como palco do festejo e suas disputas, mas também como uma de suas reivindicações. No atual contexto de ampliação do carnaval dos blocos de rua cariocas, a ocupação coletiva e festiva das ruas tem promovido ainda mais tensionamentos das questões acerca do carnaval e do uso da cidade, como as diferentes formas de ocupação do espaço público marcadas por relações de classe, raça e gênero, que serão discutidos ao longo deste artigo.

Tendo sido construída como uma festa representativa da identidade nacional brasileira (Queiroz, 1999), o carnaval é extremamente popular e presente em nossos cotidianos, sendo um ritual da sociedade, não somente uma data comemorativa. Dessa forma, há um significativo inconsciente coletivo em torno dos significados do carnaval ao mesmo tempo em que cada local e cada grupo de pessoas apresenta sua própria interpretação e tem seu modo específico de brincar a festa. Em diferentes cidades brasileiras, o caráter político da festa é constantemente acionado, sendo mesclado com sua aura festiva e boêmia – relação bastante presente no carnaval carioca contemporâneo. O aspecto difuso sobre o que o carnaval representa é resultado de seus processos de construção simbólica e material a partir de uma relação dialética que, ao longo do tempo, conjuga as dinâmicas políticas, econômicas, culturais e sociais das cidades do país e dos diversos sujeitos que o constroem. Trata-se, portanto, de uma festa popular heterogênea, que não segue uma lógica binária: é repleta de múltiplas formas, significações, conflitos e contradições.

Nos últimos anos, o carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro vem passando por um

¹ Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no 46º Encontro da ANPOCS, dentro da programação do Simpósio de Pesquisas Pós-Graduadas (SPG) de número 40 – Trabalho e gênero à luz das epistemologias feministas, coordenado por Tábata Berg (UnB) e Mariana Shinohara Roncato (UNICAMP). Agradeço às professoras pelas contribuições.

exponencial crescimento (Herschmann, 2013), associado a um significativo processo de mercantilização do festejo carnavalesco e da cidade do Rio de Janeiro (Frydberg et al., 2020), além da agudização dos impactos precarizantes sobre o trabalho cultural e informal na festa. A partir de 2009, primeiro mandato de Eduardo Paes², a prefeitura carioca iniciou um processo de investimento no carnaval carioca por meio da exaltação da festa como símbolo da cultura popular da cidade, mas, também, e primordialmente, pela exploração do potencial de retorno econômico que o carnaval gera para o Rio de Janeiro. No caso dos blocos de rua, essa maior atenção ao festejo carnavalesco foi aplicada por meio de decretos lançados na intenção de “organizar” a festa. Esse movimento da prefeitura fez com que diversas entidades carnavalescas e brincantes da festa se organizassem politicamente para reivindicar o direito à cidade e ao carnaval livre (íbidem), seja por meio de músicas, fantasias, temáticas de blocos, cartazes, seja por discursos. A festa de rua, portanto, tem sido utilizada – não só hoje, mas ao longo das décadas, com diferentes demandas – como espaço de reivindicações políticas aliadas à folia e à ocupação da rua.

Este artigo, portanto, pretende apresentar e discutir as formas de ocupação do espaço público da cidade do Rio de Janeiro pelas trabalhadoras do carnaval de rua, debatendo as reivindicações políticas feitas na festa e as condições de trabalho durante os dias de festejo. Também será discutido como o sexismo, o racismo e o capitalismo em sua forma neoliberal atravessam o uso da cidade pelas trabalhadoras do carnaval de rua na atualidade, além dos impactos dessas estruturas sociais em suas atividades laborais. Para melhor apresentar a discussão proposta, além da presente introdução, este artigo está dividido em duas partes: a primeira, voltada para a relação das mulheres trabalhadoras com o carnaval de rua carioca ao longo de seu desenvolvimento, entendendo o espaço da festa de rua como espaço político; e a segunda, debatendo de forma mais específica a precarização do trabalho cultural e informal feminino na festa carnavalesca. Para a realização deste artigo, foi utilizada metodologia baseada em revisão bibliográfica a partir de teorias de gênero – principalmente a teoria da reprodução social e o materialismo – articuladas à raça e à classe; estudos sobre o espaço urbano; e a sociologia do trabalho. Também foi realizada a análise de discurso de entrevistas realizadas com trabalhadoras do carnaval de rua carioca (vendedoras ambulantes, produtoras culturais e instrumentistas).

² Eduardo Paes é formado em direito e político do Rio de Janeiro. Foi subprefeito da zona oeste da capital de 1993 a 1996, na gestão de César Maia. Foi vereador de 1997-1999, pelo extinto PFL, quando deixou a vereança para assumir como deputado federal no mandato de 1999-2003, sendo reeleito para 2003-2007. Em 1999 se filiou ao PTB, retornando ao PFL em 2001 e se filiou ao PSDB em 2003. Foi Secretário Estadual de Turismo, Esporte e Lazer entre 2007 e 2008, na gestão do ex-governador Sérgio Cabral. Visando assumir a prefeitura carioca, foi para o PMDB em outubro de 2007, sendo eleito para o mandato de 2009 a 2012 e reeleito para 2013 a 2016. Filiado ao DEM em 2018, retornou à prefeitura em 2020, para o mandato de 2021 a 2024. Desde maio de 2021 até o momento, Eduardo Paes compõe o PSD.

2. CARNAVAL DE RUA, MULHERES E TRABALHO: CIDADE E FOLIA COMO ESPAÇOS DE LUTA POLÍTICA

Nas fronteiras visíveis e invisíveis que dividem a cidade, moram séculos de exclusão, opressão e exploração, que construíram espaços e papéis sociais específicos para cada indivíduo e grupo social. Esse padrão é reproduzido nas dinâmicas da festa carnavalesca carioca, que mantém a ordem social vigente (Queiroz, 1999), de uma sociedade fortemente hierarquizada e construída com base em um capitalismo dependente, racista e sexista (Bambirra, 2019; Saffioti, 1987; Gonzalez, 2020). Em paralelo a isso, há uma significativa construção histórica do carnaval como um momento de ludicidade, democracia e alegria desenfreada. Afinal de contas, é uma festa que não tem dono (DaMatta, 1977), em que todas as hierarquias são abolidas (Bakhtin, 1987). Esse conflito entre o que se vê na materialidade das relações e dinâmicas da festa e o imaginário social construído para o carnaval pode ser percebido de forma bastante evidente quando analisamos a participação das mulheres na festa.

Os parâmetros da divisão sexual do trabalho podem ser identificados quando pensamos na distribuição de gênero das funções necessárias para a realização da festa. Também podemos perceber refletidos nas dinâmicas do carnaval os diferentes usos do espaço público pelas mulheres. Desde os entrudos, primeira forma de carnaval desenvolvida no Brasil, no século XIX, de forma geral, as mulheres ocupavam posições relacionadas ao cuidado, ao doméstico e ao trabalho manual, enquanto os homens forneciam os meios materiais por meio do trabalho produtivo (Simson, 1992; Ferreira, 2021). Os homens experienciavam uma maior liberdade de fruição da festa, enquanto as mulheres tinham certas restrições – principalmente se fossem negras e pobres. Nos entrudos, as mulheres brancas eram as responsáveis por coordenar e executar as tarefas necessárias para as brincadeiras que aconteciam dentro das casas das famílias burguesas e pequeno burguesas. Elas dividiam essas funções desigualmente com as mulheres negras escravizadas, em razão das suas condições de classe e raça.

Sendo uma brincadeira em que as pessoas atacavam umas às outras com pós e líquidos dentro das casas das famílias, era responsabilidade feminina a confecção dos artefatos para os arremessos (Simson, 1992). Também ficava sobre a responsabilidade das mulheres preparar o banquete e organizar todos os detalhes para que os convidados se sentissem bem recepcionados e bem tratados, mesmo em meio ao caos dos ataques. O entrudo brincado nas ruas tinha, entretanto, uma participação majoritariamente masculina, negra e pobre. As moças brancas burguesas e pequeno burguesas eram proibidas de irem às ruas nos dias de entrudo, ficando restritas ao ambiente doméstico – quando muito, observavam cuidadosamente o folguedo pelas janelas (Simson, 1992).

Já as mulheres negras trabalhavam tanto na preparação dos entrudos que aconteciam dentro das casas quanto nas ruas, vendendo os artefatos que eram arremessados na brincadeira (os chamados limões e laranjas de cheiro). Assim, as mulheres negras trabalhavam duplamente e ocupavam os dois ambientes, público e privado, em que o entrudo acontecia,

(...) a brincadeira possuía toda uma hierarquia interna que acompanhava as posições da estrutura social vigente e a mulher negra, ocupando o patamar inferior dessa pirâmide, servia de alvo para os banhos e enfarinhamentos produzidos pelos homens negros e não podia reagir a esses ataques; as únicas atitudes que lhe restavam era uma fuga ou uma defesa relativa através do uso, nesses dias festivos, de suas roupas mais velhas e desbotadas (Simson, 1992, p. 11).

Os entrudos, portanto, eram um conjunto de brincadeiras com uma forte hierarquia, sendo organizado dentro de parâmetros de raça, gênero e classe. Pessoas negras não poderiam arremessar água em pessoas brancas e pessoas pobres não podiam atacar pessoas das classes média e alta, por exemplo. A hierarquização por classe era tão marcante que pessoas negras escravizadas não poderiam ter pessoas negras livres como alvos (Queiroz, 1999), ou seja, mesmo ambas pertencendo ao mesmo grupo racial, as questões de classe eram determinantes nesse caso. Havia, contudo, maior flexibilidade nas questões de gênero quando associadas às pessoas brancas, uma vez que as jovens conseguiam se divertir durante o folguedo do entrudo e, de certa forma, brincar com as hierarquias de gênero. Elas aproveitavam a descontração do folguedo para direcionarem os ataques a seus pais e homens mais velhos, além de também usarem os lançamentos de água de cheiro para demonstrarem interesse romântico aos rapazes (Simson, 1992). Enquanto isso, as mulheres negras eram alvo dos ataques de todos, sem direito ao revide, enquanto trabalhavam durante a brincadeira, para servirem aos foliões e foliãs (ibidem).

A disposição das mulheres nos papéis sociais voltados ao trabalho de preparação da festa por meio de serviços e do cuidado reitera o padrão das funções “femininas” na sociedade. Outros papéis generificados reproduzido nas dinâmicas do carnaval foram os de objeto de desejo, em especial para as mulheres solteiras, e os de símbolo de elegância e poder de seus maridos, para as casadas. Tomando como exemplo o carnaval realizado pelas chamadas Grandes Sociedades, inicialmente fundadas na primeira metade do século XIX, essa construção dos papéis sociais de gênero na festa aparece de forma expressiva. As Grandes Sociedades eram clubes carnavalescos que realizavam bailes e desfiles durante a festa carnavalesca, também funcionando como espaços de organização social e política para os homens da elite carioca. As esposas dos sócios não eram convidadas para os bailes das Sociedades, sendo permitida somente a entrada de atrizes, dançarinas e prostitutas (Queiroz, 1999). As esposas participavam apenas dos suntuosos desfiles dessas agremiações pelas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro. Nesses cortejos, elas estavam sempre

ao lado de seus maridos, em carros alegóricos ricamente enfeitados e com fantasias exuberantes que demonstravam toda a riqueza e autoridade desses homens (ibidem).

A imagem da função das mulheres na festa carnavalesca carioca foi tão significativamente cristalizada nesses papéis – de prestação de serviços, do cuidado e da objetificação – que mesmo as mulheres que ultrapassavam esses parâmetros foram retratadas no imaginário social da festa com base neles. É o caso, por exemplo, das tias baianas, mulheres negras migrantes, naturais não só da Bahia, mas também de outros estados nordestinos e de Minas Gerais. Essas mulheres chegaram ao Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX e se territorializaram na região da zona portuária carioca, na chamada Pequena África. Elas fundaram uma extensa e significativa rede de relações laborais e socioculturais, fazendo dessa área um centro afro-brasileiro na cidade do Rio de Janeiro. Muito mais do que o retrato cristalizado dessas mulheres como as tias que cuidam, cozinham, acolhem, amparam e são boas anfitriãs, as tias baianas tinham uma expressiva atuação como produtoras e agitadoras culturais de sua época, fazendo conexões entre os variados grupos sociais, agindo como “mediadoras sociais por excelência” (Gonçalves, 2003, p. 161). Muitas delas também eram cantoras, instrumentistas, compositoras, fundadoras de ranchos carnavalescos, entre outras práticas culturais frequentemente apagadas de suas histórias. Além disso, eram trabalhadoras informais que, diferentemente das mulheres da elite, circulavam por toda a cidade, uma vez que

Para as mulheres das camadas populares, as ruas não guardavam maiores mistérios. Na realidade, a rua pouco se diferenciava da casa onde moravam. Tanto lá, como cá, a lei era a mesma: unir esforços, batalhar pela sobrevivência sempre posta em risco. Enfim, para essas mulheres as ruas da cidade já faziam parte do seu cotidiano, sendo-lhes extremamente familiares. Daí a desenvoltura com que circulavam pela cidade, onde volta e meia eram obrigadas a enfrentar a repressão policial. Seu comportamento não tinha nada do recato, submissão e fragilidade atribuídos à “natureza feminina” pelos padrões dominantes (Velloso, 1990, p. 11).

As mulheres trabalhadoras, em sua maioria negras, precisavam ocupar o espaço público – mesmo correndo o risco de sofrerem repressões e violências – para garantir seu sustento e de suas famílias, principalmente por meio do comércio informal e da prestação de serviços. Assim, a ideia do espaço público como um lugar inóspito para as mulheres e a função delas na sociedade não são frutos aleatórios da natureza humana, mas resultados de processos sociais, políticos e históricos:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2003, p. 55).

Para a socióloga feminista Danièle Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho se

caracteriza pela determinação do trabalho produtivo como masculino e do trabalho reprodutivo como feminino, também sendo realizadas pelos homens as funções laborais que apresentam maior prestígio social e valorização. Silvia Federici (2017) identifica que esse processo de separação entre os trabalhos produtivo e reprodutivo se intensificou com o desenvolvimento do capitalismo, na Europa do século XVI. Nesse período, se inicia um grande processo de privatização das terras comunais, anteriormente aproveitadas coletivamente. Nessas terras, a população plantava, criava animais e morava de forma conjunta, sendo espaços de subsistência compartilhados por toda aquela comunidade. Essas terras eram importantes para as mulheres, que detinham menos poder social e tinham nas terras comunais espaços para exercer “a subsistência, a autonomia e a sociabilidade” (Federici, 2017, p. 138). O cercamento dessas terras não ocorreu de forma passiva e pacífica pelo campesinato da época, com organização de rebeliões e destruição das cercas, muitas delas com mulheres na linha de frente.

Associada à privatização das terras comunais, inicia-se também a distribuição de salários e a separação entre produção e reprodução. Essas iniciativas foram fundamentais para moldar uma opressão institucional às mulheres e a subsequente consolidação da divisão sexual do trabalho, aliadas ao desenvolvimento do capitalismo. Devido à obsolescência gerada pela economia de subsistência, os trabalhos produtivo e reprodutivo foram divididos entre os sexos, deixando às mulheres a responsabilidade pela reprodução social, desvalorizada na época:

No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. O trabalho reprodutivo continuou sendo pago — embora em valores inferiores — quando era realizado para os senhores ou fora do lar. No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio (Federici, 2017, p. 145).

Além disso, ainda segundo Silvia Federici (2017), as mulheres também foram paulatinamente expulsas das ruas das cidades. Sendo constantemente vítimas de estupros e assédios sexuais, foram destituídas de seu poder e de sua influência social, ficando restritas ao casamento e, conseqüentemente, ao espaço privado das casas. Voltadas para o trabalho reprodutivo, elas seriam peça fundamental para a base do desenvolvimento do capitalismo, garantindo a manutenção da força de trabalho (Bhattacharya, 2019). Para aquelas que se negavam a aceitar esses novos papéis, restavam a fome, a pauperização extrema, além de perseguições, torturas e mortes advindas da Caça às Bruxas (Federici, 2017). Esses processos contribuíram, portanto, para a gradual retirada das

mulheres do espaço público – na cidade e no campo – onde trabalhavam, festejavam, encontravam pares e formavam laços de sociabilidade e solidariedade. Foi construído, portanto, o ideal do confinamento feminino no espaço privado, onde estariam dedicadas ao cuidado, à família, ao recatamento, à religião, sendo este entendido como um destino “natural” para as mulheres. Assim, as ruas tornaram-se lugares violentos para o público feminino, que até hoje apresenta uma série de receios e medos em ocupar esses espaços.

Ao analisar o caso do carnaval sob essa perspectiva, é possível percebermos que a festa possibilita um certo tensionamento da lógica sexista que tende a associar o espaço doméstico às mulheres. Em uma série de entrevistas realizadas pela autora com mulheres trabalhadoras do carnaval de rua carioca, esse movimento político das mulheres em torno do carnaval se torna evidente. Na opinião de Cris Couri (2021), produtora de blocos de rua, ex-diretora-executiva e atual membra do conselho de ética do Coreto³ (Coletivo de Blocos Organizados do Rio de Janeiro), “mais recentemente, o carnaval virou um espaço político de fato, de ocupação da rua, do direito à ocupação da rua.”. Contudo, dentro das contradições da festa e da sociedade capitalista, com sua estrutura construída com base no sexismo e no racismo, o direito de ocupar as ruas continua não sendo plenamente usufruído por mulheres, pessoas não-brancas, pobres e periféricas. Não se trata, portanto, de uma ocupação abstrata do espaço público, mas dos diferentes modos e condições possíveis de fazê-lo. Durante a festa carnavalesca de rua carioca, as foliãs e trabalhadoras da festa precisam desenvolver táticas para ocuparem os espaços públicos, como afirma a produtora cultural Lívia Alves:

Ocupar esse espaço e se sentir pertencente a ele, entender que você é parte daquilo, que você pode ocupar aquele espaço da rua, é um lugar muito, muito, muito importante no Rio de Janeiro. (...) as pessoas não entendem que elas podem ocupar aquele espaço lá sem se sentirem menosprezadas (...) Ainda mais se você é mulher, porque você tem medo de sair de casa. Mas se você sai em grupo, se você sai em bando, se você se organiza, porque você está no coletivo de mulheres de carnaval, isso já atrai uma noção de segurança (...). (Alves, 2021 – entrevista concedida à autora).

Assim como Lívia Alves, a produtora cultural e comunicadora popular Marcele Oliveira percebe a dinâmica de criação de grupos de mulheres no carnaval dos blocos de rua. Em oposição aos homens, que conseguem ocupar as ruas e ir à festa sem essa organização prévia, as mulheres buscam maneiras coletivas para estarem nos espaços públicos e brincarem o carnaval. Para Marcele

³ Coletivos e ligas de blocos e bandas do carnaval carioca são conjuntos de agremiações carnavalescas que se reúnem para se fazerem representar junto ao poder público e à sociedade civil, além de serem instrumento de organização política e social das entidades e sujeitos do carnaval de rua. O Coreto, que hoje agrupa cerca de 40 blocos cariocas, foi fundado em 2014, a partir da “(...) necessidade de reduzir a assimetria de informação existente no carnaval de rua, principalmente relativa aos procedimentos para autorização dos blocos e arrecadação de patrocínios” (Relatório, 2023, p. 7).

Oliveira, a ocupação da rua acontece de formas distintas entre os gêneros, uma vez que, diferentemente das mulheres, os homens estão nas ruas de forma mais despreocupada e tranquila, simplesmente aproveitando a festa:

(...) é até um comportamento, um jeito de andar na rua, de “eu não preciso me importar com nada”, né. A síndrome do homem que sempre vai ter alguém para fazer por você. Então você nem precisa se importar com a logística da coisa porque certamente vai ter alguém que vai te dar uma cerveja, uma água. Você não se preocupa nem com você mesmo, nem o lugar onde você passa, você só aponta seu trombone e vai. Eu nunca vi nenhum outro bloco fazer isso sem ser o 442 e blocos desses espontâneos e cracks, quando homens estavam à frente. Essa certeza de que vai dar tudo certo, de que a gente pode fazer o que a gente quiser porque a cidade é nossa. Tipo, ela é nossa, é claro, mas não pensar sobre nada é realmente um comportamento muito masculino, muito masculino. (Oliveira, 2021 – entrevista concedida à autora).

Portanto, quando pensamos na reivindicação do direito à cidade no carnaval dos blocos de rua, é necessário agregar a ele um caráter feminista, considerando que as mulheres não ocupam as ruas das cidades do mesmo modo que os homens. O conceito de direito à cidade foi fundamentado inicialmente pelo francês Henri Lefebvre (2001), sendo conceituado pelo autor como uma forma de restaurar vida à cidade. Para o autor, o simultâneo processo de industrialização e fortalecimento do sistema capitalista, que se iniciou na Europa do século XVIII, criou uma sociedade urbana fragmentada, que surge nas ruínas das sociedades antigas. Esvaziada de interações humanas que não sigam as lógicas do consumo e do trabalho, substituindo o valor de uso pelo de troca, esta cidade estaria, portanto, morta. Lefebvre (2001) destaca que a festa era o melhor dos aspectos constitutivos das sociedades rurais antigas, característica que se perdeu com o processo de urbanização. Uma vida urbana renovada, portanto, precisa restituir a festa não apenas em momentos específicos dos calendários oficiais dessas cidades fragmentadas, mas como um alicerce para as dinâmicas das cidades renovadas. Assim, a partir dessa retomada da festa, da cidade, da vida, dos encontros, podemos renovar e transformar a sociedade urbana fragmentada pelo capitalismo, que traz consigo, articuladamente, as opressões sexistas e racistas.

Reafirmando o carnaval como espaço de reivindicações e organização política, nos últimos anos, variados coletivos carnavalescos de foliões e foliãs têm feito da festa carioca de rua palco da luta pelo direito à cidade. Esses movimentos ganharam força no carnaval de rua do Rio de Janeiro após as manifestações de junho de 2013, e, também, em resposta aos megaeventos que marcaram a cidade do Rio de Janeiro nesse período. Por mais de 10 anos, houve uma série de modificações na infraestrutura da cidade devido aos grandes eventos que foram ali sediados, sendo eles: os Jogos Pan Americanos, em 2007; os 5º Jogos Mundiais Militares, em 2011; a Jornada Mundial da Juventude Católica e a Copa das Confederações da FIFA, em 2013; a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, em 2014; e as Olimpíadas, em 2016. A preparação da cidade para os megaeventos passou

pela realização de grandes obras em variadas áreas da cidade, processos de expulsão e desapropriação de moradias populares, realização de uma série de Parcerias Público-Privadas (PPPs), reorganização dos meios de transporte público e alterações no trânsito, principalmente no centro da cidade (Ferreira, 2023).

Da mesma forma que se organizava o espaço público, a prefeitura de Eduardo Paes, que assumiu a gestão da cidade por dois mandatos consecutivos, 2009-2012 e 2013-2016, também investiu no ordenamento do comportamento dos cidadãos. Em 1º de janeiro de 2009, Eduardo Paes lançou o Decreto n.º 30.339, dispondo sobre a organização de sua prefeitura, e criando a Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP). Com diversas operações denominadas “choque de ordem”, a prefeitura, por meio da SEOP, começou a regular diversas áreas da cidade e práticas da população carioca (ibidem). Podemos citar, por exemplo, a repressão ao comércio informal de vendedores ambulantes – considerado pela gestão Paes como ilegal –, a padronização das barracas de praia da orla da cidade e a proibição de elementos marcantes do cotidiano carioca, como o jogo de altinha na beira da praia, ou andar de bicicleta na faixa próxima ao mar no aterro do Flamengo. Esses atos que buscam combater a “desordem urbana” acabam por cercear o uso do espaço público, além de regular práticas urbanas dos moradores(as) da cidade, o que causou indignação em parte do povo carioca.

Aliado ao processo de adaptação da cidade e dos cidadãos à uma lógica “ordenada” e à preparação aos megaeventos, o carnaval carioca também vem sofrendo um grande processo de regulamentação nas últimas duas décadas. A sistematização de uma nova ordem na cidade e no carnaval implementada por Paes ocorreu por meio de um viés mercadológico, com uma série de privatizações de setores da festa. Esse processo também começou a se desenvolver no carnaval logo no início do primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes, em 2009, que teve sua gestão marcada pela exploração do enorme potencial turístico e econômico da festa (Frydberg et al., 2020). Ao contrário da ideia empírica do carnaval como momento de inversão da ordem, a gestão de Paes tinha a intenção de ordenar a festa. Lançando decretos e portarias para normatizar a participação dos blocos de rua, a prefeitura acabou criando mais etapas burocráticas para que as agremiações do carnaval de rua pudessem participar da festa carnavalesca. Passou a ser responsabilidade dos blocos entregar uma série de documentos, cumprir prazos estabelecidos pela prefeitura e solicitar autorização para desfilar. Anteriormente, a prefeitura pedia que fosse feita uma inscrição dos blocos nas subprefeituras, não havendo a necessidade de o município autorizar desfiles.

É evidente que existe a necessidade de algum tipo de organização da festa carnavalesca, que mobiliza milhares de pessoas por toda a cidade nos dias de festejo. Para o melhor proveito da festa

pelos foliões e foliãs, há a necessidade do trabalho de agentes da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) e da Companhia de Engenharia de Tráfego do RJ (CET Rio); aquisição e distribuição de banheiros químicos pelas regiões dos desfiles; planejamento dos hospitais e unidades de pronto atendimento públicos; operações especiais dos meios de transporte públicos; além de divulgação dos desfiles para que os e as brincantes possam ter conhecimento de datas, horários e locais de forma acessível. Contudo, esse processo de cadastro dos blocos pode ser feito sem que o poder público municipal estabeleça um processo de autorização para a ocupação da cidade, uma vez que é a prefeitura, por meio da RioTur, que concede ou não as permissões para os desfiles de blocos.

Como dito anteriormente, na gestão do prefeito César Maia (2005-2008) o contato dos blocos com a prefeitura era muito mais uma questão de informar ao poder público municipal sobre seus cortejos. Dessa forma, havia uma relação logística entre os próprios órgãos da prefeitura (Subprefeituras, CET Rio, COMLURB etc.), viabilizando a passagem do bloco e a segurança de foliões e foliãs. Com as medidas de Paes, a prefeitura tomou para si o poder de autorizar ou não a presença de blocos em certos espaços, concentrando mais esforços no controle da ocupação do espaço público do que na organização da festa em si. Para Fernanda Machado,

(...) é possível perceber que na realidade, o controle urbano realizado pela prefeitura com base nesta estrutura normativa, atende aos interesses de determinados grupos privados que atuam em conjunto com o setor público para a realização da festa. Porque se esses grupos não sabem onde estão os blocos, e se os blocos podem fluir livremente pelo espaço, as ações de marketing e o controle da venda de produtos (especialmente de cerveja) de marcas diferentes da do patrocinador não podem ser desenvolvidas. É a mesma estrutura e o mesmo modelo de regulamentação criado para a realização dos megaeventos esportivos (sobretudo as Olimpíadas), que foi massivamente questionada e criticada por muitos juristas, pesquisadores do campo do urbanismo, e pela população em geral, que percebeu que estava tendo seus direitos cerceados. Eu entendo que a principal consequência deste decreto é justamente esta. Porque ao autorizar um bloco ou banda a desfilar pelas ruas, a prefeitura está no fundo autorizando quem pode ou não ocupar o espaço público (Machado, 2017).

As trabalhadoras do carnaval, portanto, além de enfrentarem a precarização e a desvalorização de seus trabalhos, o cerceamento e a repressão do poder público ao carnaval de rua, ainda precisam enfrentar uma série de obstáculos por conta de seu gênero. Em resposta a isso, várias trabalhadoras e foliãs vêm formulando estratégias para ocuparem as ruas conjuntamente durante o carnaval, reforçando a importância da criação de laços coletivos, não só como forma de proteção frente às violências da cidade fragmentada, capitalista, sexista e racista, mas também nos processos de transformação e renovação da cidade e da festa. Um exemplo desse associativismo político de mulheres são os blocos feministas e femininos, sendo alguns deles, o Mulheres de Chico, de 2006; o Toco-Xona, de 2007; o Mulheres Rodadas, de 2014; a Maria Vem Com As Outras, de

2016; o Bloconcé, de 2019; e o Calcinhas Bélicas, também de 2019. Nos últimos anos, essas agremiações vêm criando espaços relativamente seguros para as mulheres curtirem a folia e também trabalharem, já que a maioria das pessoas que compõem esses blocos são mulheres, que tendem também a convidar outras mulheres, ocupando as mais variadas funções: produção, assessoria de imprensa, percussão, canto, regência da bateria, segurança, vendas ambulantes, etc.

Além da atuação na festa por meio do trabalho, que será mais aprofundada na próxima seção do artigo, também há grande mobilização e organização política feminista na festa por meio de coletivos e campanhas. Um deles é o “Não é Não!”, coletivo fundado em 2017, tendo iniciado sua atuação no carnaval carioca com a distribuição de tatuagens temporárias, já se espalhando para várias outras cidades do Brasil. Com os dizeres “Não é Não!”, as peles das mulheres marcam a mensagem de que, quando uma mulher diz não às investidas de um homem, isso quer dizer que ela não dá o consentimento para que ele a toque, reafirmando a importância de respeitar a vontade delas. Mais do que a distribuição das tatuagens, o coletivo produz conteúdo nas redes sociais e também realiza oficinas e palestras sobre o combate ao assédio não só no carnaval, mas durante todo o ano. Em 2019, foi lançada por um coletivo de foliãs junto à Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro a cartilha “Folia Sim, Assédio Não”, conscientizando foliões e foliãs sobre o combate ao assédio e à importunação sexual, além de oferecer informações sobre o que fazer e onde buscar ajuda caso isso aconteça. No carnaval de 2020 houve também um grande movimento de mulheres utilizando o espaço da festa carnavalesca como conscientização sobre a luta feminista, com a Comissão de Mulheres Contra a Violência no Carnaval, nomeada de Atenta e Forte. Organizada por produtoras e musicistas de blocos de rua cariocas, a comissão teve seu manifesto lido durante o cortejo de mais de 100 blocos da cidade, além de ter distribuído pontos de apoio para mulheres que sofreram assédio.

Outro exemplo importante de associação de mulheres que trabalham no carnaval de rua carioca e têm atuação política feminista é o espaço cultural da Garagem Das Ambulantes, também conhecida como Garagem Delas, fundado em 2019 por quatro mulheres camelôs. A Garagem, localizada no centro do Rio, conta com maioria de mulheres em sua equipe e recebe em seu espaço uma variedade de atrações culturais, entre elas muitos blocos de carnaval. As ambulantes da Garagem também vão aos desfiles de blocos parceiros para vender seus produtos, sempre identificando o carrinho com o estandarte do espaço, além de também promoverem festas nas ruas. A Garagem das Ambulantes realizou uma série de ações de solidariedade durante a pandemia, arrecadando fundos para distribuir alimentação às pessoas em situação de rua, cestas básicas a outros ambulantes, absorventes para pessoas que menstruam, entre outros.

A participação ativa de mulheres no carnaval de rua, reivindicando a ocupação do espaço público e se colocando como trabalhadoras essenciais para a festa, age, portanto, como um acréscimo ao direito à cidade por uma perspectiva feminista e festiva. Usando das contradições da sociedade e do próprio carnaval, essas mulheres têm encontrado maneiras de ocupar o espaço público e reivindicar novas formas de estar nas cidades. Não se trata de um processo que busca recriar uma cidade voltada somente para mulheres, mas de um entendimento de que estabelecer outras relações com o espaço urbano não será possível sem a participação delas. A partir das disputas políticas sobre a ocupação da cidade no carnaval de rua, surgem articuladamente outras demandas políticas, como as que se referem às condições de trabalho na festa.

3. “QUEM SUSTENTA ESSA FESTA É O SUOR DA SUA TESTA”: A PRECARIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS DO CARNAVAL CARIOCA

O carnaval de rua possibilita que foliões e foliãs vivam a experiência de ocupar e usar o espaço público da cidade do Rio de Janeiro de outras formas, alternativas ao cotidiano. Frydberg, Ferreira e Dias (2019) apontam que durante a festa carnavalesca o direito à cidade é significado e apropriado de diferentes maneiras pelos brincantes, que experienciam uma cidade outra nos dias de folia. Assim, as autoras apontam que, nessa diferente forma de ocupar o espaço público, os foliões e foliãs podem exercer o direito de ocupar espaços que em outros momentos do ano estariam vazios ou voltados apenas para passagem de transeuntes indo e voltando do trabalho, sem fruir das ruas por onde passam. Ademais, há também o exercício do direito de ocupar a cidade de forma não usual, ressignificando o espaço público e criando afetividades especificamente por meio da festa carnavalesca, além de ocupar a cidade em outros tempos, já que, diferente do cotidiano o carnaval não tem turnos, nem tempos definidos – a hora que for, a cidade estará tomada pela folia (ibidem).

Ao invés de estarem na rua por emprego e salário, muitas pessoas ocupam a cidade atrás das paixões, dos excessos e das brincadeiras. No lugar da pressa cotidiana dos horários marcados, encontramos o flunar pela cidade, sem compromissos que não sejam os do reino da folia. Saem os ternos, as gravatas, os tailleurs para entrarem as fantasias e os brilhos. Assim, a cidade no carnaval se opõe à cidade no cotidiano, principalmente pelo fato de que, durante a festa, os e as brincantes, de modo geral, não usam o espaço público estritamente pelo viés do trabalho e do consumo, mas pela fruição e pela folia. Contudo, essa outra forma de viver a cidade por meio da festa faz com que grupos sociais específicos tendam a esquecer que, para a festa acontecer, é indispensável que haja trabalhadores e trabalhadoras atuando.

Apesar da aura etérea e encantada que circunda o carnaval, os blocos não aparecem nas ruas por feitiço. Os extravagantes bailes e demais festas privadas não surgem num estalar de dedos. As escolas de samba não montam seus suntuosos desfiles em um passe de mágica. Em muitos casos, fazer carnaval demanda múltiplas tarefas no decorrer de um longo período. Além do grande tempo investido, também é necessário um enorme contingente de trabalhadores e trabalhadoras. Nas escolas de samba, por exemplo, temos diretores e diretoras de alas, harmonia, bateria; ferreiros, carpinteiros, soldados, eletricitas, costureiras e demais profissionais de barracão; carnavalescos, enredistas, pesquisadores e pesquisadoras, desenhistas; além de mestre-salas e porta-bandeiras, rainhas/madrinhas, mestres de bateria, coreógrafos, entre outros.

De forma similar, bailes e demais festas carnavalescas também necessitam de uma significativa pré-produção, com o trabalho de um grupo específico de pessoas para garantir que outros grupos específicos possam usufruir da festa. Queiroz (1999) descreve a infraestrutura e os serviços fundamentais para a realização de bailes carnavalescos na década de 1980:

(...) decoração do salão; reforço ou instalação de aparelhos de ar-condicionado e de som; bufê, bar, copa, cozinha que demandam coortes de cozinheiros, de garçons, de maitres d'hotel; empregados e empregadas para vestiários e sanitários; pronto-socorro médico com todo o pessoal indispensável; um corpo importante de policiais civis e militares para assegurar a ordem. A despesa mais importante, fundamental, é com a bateria, da qual depende em grande parte o êxito do baile: cinquenta músicos, pelo menos, vinte ritmistas, vários cantores. Mencione-se, por exemplo, o Baile Oficial da Cidade do Rio de Janeiro em 1981: (...) o serviço foi assegurado por 500 empregados e compareceram ao baile 5 mil pessoas (ibidem, p. 126).

Os desfiles dos blocos de rua também seguem essa demanda de investimento intenso de tempo e força de trabalho para tomarem as ruas nos dias de festa. Muitas das bandas e baterias começam a ensaiar meses antes do carnaval, assim como muito antes do carnaval se inicia o processo da produção para adquirir os documentos e autorizações junto ao poder público. Além disso, diversos blocos organizam eventos no período pré-carnaval, que funcionam como uma espécie de ensaio e teste, além de também serem uma forma de juntar fundos para a realização dos desfiles. Botar o bloco na rua, portanto, exige um considerável número de instrumentistas, produtores e produtoras, assessores de imprensa, regentes de bateria, entre outros profissionais, dependendo do tamanho do bloco.

Assim como nos bailes descritos por Queiroz (1999), os blocos que apresentam uma maior estrutura mobilizam ainda mais trabalhadores: técnicos de som e luz, seguranças, socorristas, profissionais para montagem de palco e outros. Mesmo os blocos menores, os que não usam palcos e os chamados blocos “espontâneos” precisam de algum nível de trabalho cultural de pré-produção: estabelecer local e horário; definir se vai haver cortejo ou não e qual será o trajeto; garantir a

presença dos e das musicistas; divulgar a saída do bloco para convidar foliões e foliãs; acionar vendedores e vendedoras ambulantes para comparecerem ao desfile; entre outras funções. Fazer carnaval dá trabalho e é trabalho para muitas pessoas.

A divisão sexual do trabalho no carnaval de rua carioca da atualidade segue o padrão da sociedade de modo geral. Essa divisão de funções na festa segue os dois princípios organizadores apontados por Kergoat (2003): “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um trabalho de mulher).” (p. 56, grifo da autora). O princípio da hierarquização, que coloca o trabalho dos homens em níveis mais altos do que o das mulheres, pode ser identificado no carnaval de rua, uma vez que as trabalhadoras dos blocos tendem a ocupar cargos considerados invisíveis, fundamentais nas etapas de pré e pós-produção dos desfiles, e secundarizados durante o desenrolar do cortejo, na produção. Essa invisibilização do trabalho feminino não é aleatória, tendo forte relação com a separação entre produção e reprodução social. O trabalho considerado feminino é, historicamente, aquele que se faz no espaço do lar, sendo gratuito e fundamental para reproduzir a força de trabalho. Para Bhattacharya (2019), a reprodução social é realizada por três processos interconectados:

1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra.
2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego.
3. Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz. (ibidem, p. 103)

Essa enorme quantidade de trabalho realizada quase exclusivamente pelas mulheres, sem nenhuma remuneração, é uma carga laboral invisível, realizada “não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 597). Assim, podemos perceber uma relação ambígua ao nos questionarmos se o trabalho é invisível porque é feito majoritariamente por mulheres, ou se por ser feito majoritariamente por mulheres torna-se invisível. A maior inserção de mulheres no mercado de trabalho não ocorre somente pela busca da independência financeira feminina, mas também pela incapacidade de manter os meios de subsistência com apenas uma fonte de renda, pela quantidade de mulheres que gerenciam sozinhas suas famílias e pela demanda do mercado por mais mão de obra barata e precarizada. As mulheres passam a assumir, portanto, as duas formas de trabalho: tanto o produtivo, geralmente em cargos menos valorizados e com menor remuneração; quanto o reprodutivo, em uma sobrecarga não só

física, mas também mental.

Quando analisamos o princípio da separação dentro das dinâmicas do carnaval de rua carioca, as mulheres estão mais concentradas nos trabalhos relacionados à organização, ao cuidado e à prestação de serviços. Sendo assim, encontramos uma maioria de mulheres em cargos de produção cultural dos blocos (remetendo à organização e ao cuidado) e de vendas de produtos (relacionados à prestação de serviços). Nicolle Ribeiro – produtora do Monobloco, instrumentista do bloco do Sargento Pimenta e do GRES Estácio de Sá – identifica que não há algo explícito que impeça as mulheres de ocuparem os trabalhos entendidos como “masculinos”. No caso do carnaval, trata-se das ocupações da parte técnica (iluminação, sonorização, montagem etc.) e da produção de shows em outras cidades. Contudo, para a produtora e instrumentista, que atua em blocos de rua há mais de 10 anos, há uma tendência do senso comum em marcar essas funções por gênero, perceptível na divisão de tarefas dentro dos blocos:

Eu acho que não é um impeditivo de [ter] mulheres na parte técnica e na estrada, mas é um pouco raro de se encontrar. A grande maioria dos produtores de estrada ou técnicos acabam sendo homens. Isso no quesito da banda, isso também no quesito dos contratantes, das equipes técnicas serem majoritariamente [compostas] por homens. Aí a troca feminina que eu tenho é muito com as mulheres de escritório, que cuidam também da produção de base, escritório desses contratantes, entendeu? Muitas delas, dessas nossas contratantes, também são produtoras de eventos, formaturas, enfim, corporativos, e sempre tem mulher ali no meio disso. Não sei te dizer o motivo, o porquê, mas acredito que acho que é um senso comum também. Todo mundo fala “ah, mulher é mais organizada”. Tem um pouco disso. Mas eu conheço produtores aí homens extremamente organizados, capazes, que cresceram de produtores a empresários de artistas (Ribeiro, 2021 – entrevista concedida à autora).

É muito comum encontrarmos um significativo número de mulheres nas baterias de blocos de rua, principalmente naqueles que possuem oficinas de percussão. Porém, há uma maior concentração destas nos instrumentos considerados mais “fáceis”, ou mais “leves”, enquanto os homens tocam os instrumentos “difíceis” e “pesados”. São poucas as professoras de instrumentos e pouquíssimas as regentes e maestrinas: estes cargos são ocupados majoritariamente por homens, sendo executados por mulheres em blocos femininos e feministas. É bastante frequente, também, os casos de homens que retiram instrumentos musicais das mãos de mulheres percussionistas durante os desfiles dos blocos, como relata a instrumentista Giovanna Antonaci:

Eu toco chocalho. Para mim é relativamente mais fácil porque é um instrumento que se espera de mulher. Mas a Poliana, que toca surdo, por exemplo. Cara, toda vez que ela sai de casa para o Boi Tolo com surdo na mão, vem um cara pegar a maceta da mão dela. E, tipo, não tem um “Ah, deixa eu tocar aí”, não. O cara pega. E aí ela tem que dar uma macetada na cara do cara para ele entender que não. Na verdade, ele nunca entende, ele só chama ela de grossa e vai embora. (...) Tem episódios de, às vezes, tu querer dar uma sugestão para fazer de um jeito e o cara só porque ele é um homem ele acha que ele entende melhor. Ele fala que você tá errada e ponto final. Ou olha para você com cara de surpresa porque você tá

tocando certo, né. Isso acontece com uma certa frequência (Antonaci, 2021 – entrevista concedida à autora).

De acordo com Antunes (2009), a divisão sexual do trabalho organiza as atividades de maior conhecimento técnico especializado para os homens, enquanto as funções que requerem menor qualificação para as mulheres. O autor, nesse caso, se refere ao ambiente das fábricas e, evidentemente, as atividades fabris são diferentes do trabalho realizado dentro de blocos de carnaval. Mas, é possível relacionarmos essa divisão de atividades por uma suposta capacidade técnica dos gêneros nas baterias de blocos de rua. Isto é perceptível quando os instrumentos mais “difíceis”, ou seja, aqueles que requerem maior perícia e habilidade, são associados aos homens, enquanto os mais “fáceis”, demandando menor capacidade, são os instrumento “de mulher”. Este é um exemplo que demonstra que a estrutura sexista da sociedade está presente em todos os espaços, atravessando a divisão sexual do trabalho, seja ele fabril ou cultural.

Dentro do ambiente cultural, inclusive, existe uma enorme precarização de trabalhadores e trabalhadoras. Segundo Pierre Menger (2005), as artes seriam um campo de trabalho onde há uma hiperflexibilização contratual, em que se pode contratar e demitir funcionários(as) sem maiores problemas, uma vez que não há vínculo trabalhista envolvido nessas formas de admissão. Isso gera uma grande instabilidade para trabalhadores(as) da cultura, que não possuem estabilidade em suas carreiras. A precarização do trabalho no carnaval não atinge apenas as mulheres, uma vez que muitos homens também não têm regimes formais de trabalho nessa área. Musicistas e produtoras de blocos, por exemplo, não trabalham em regime CLT, recebendo por apresentação/desfile ou no período pré-carnavalesco. Poucos são os blocos que conseguem assinar a carteira de trabalho de seus funcionários, ou fecharem contratos longos. Uma maior estabilidade de trabalhadores(as) do carnaval abrange apenas aqueles e aquelas que conseguem trabalhar em blocos que se tornaram empresas e têm atividade por todo o ano, como, por exemplo, o Monobloco.

Mesmo que produtoras e musicistas do carnaval de rua carioca sejam altamente qualificadas, muitas delas, inclusive, tendo formação superior, há uma enorme fragilidade nas relações trabalhistas, por conta da especificidade das formas contratuais do trabalho em cultura. Isto é, a precarização do trabalho feminino, no contexto do carnaval do Rio de Janeiro, se soma à instabilidade gerada pela enorme flexibilização do trabalho cultural, acrescida consequente e simultaneamente à informalidade. Ademais, há também uma enorme sobrecarga nessas trabalhadoras, que acumulam uma série de funções, mesmo sendo contratadas apenas para um cargo específico. De toda forma, mesmo com todas as incertezas de suas atividades laborais, musicistas e produtoras ainda têm condições de trabalho relativamente mais seguras quando comparadas com as trabalhadoras ambulantes cariocas.

A festa carnavalesca não acontece apenas com brincantes que pulam e o bloco que toca: os homens e as mulheres camelôs também são trabalhadores da cultura, essenciais para a plena realização da festa carnavalesca carioca. É impossível pensar em blocos de carnaval sem o consumo de bebidas e comidas. Não é possível realizar o carnaval carioca sem a participação dos vendedores e das vendedoras ambulantes, que também constroem os significados da festa de forma ativa. Howard Becker (2010) discute a ideia de que toda atividade humana é coletiva, embasando-se na colaboração e nas trocas – o que não seria diferente nas atividades culturais, também coletivas. O autor afirma que todas as funções necessárias para a realização de um bem cultural têm valor e relevância, apesar das imbricações sociais que valorizam de forma diferenciada uma função da outra.

Em termos gerais, as vendedoras ambulantes vêm de realidades sociais diferentes das musicistas e produtoras culturais dos blocos de rua, principalmente quando analisamos raça, classe e grau de escolaridade. A partir do trabalho etnográfico e das entrevistas realizadas pela autora ao longo de cerca de seis anos, é possível perceber que há uma significativa separação de raça e classe entre as categorias de trabalho feminino do carnaval de rua carioca. Musicistas e produtoras, em sua maioria, têm formação de graduação e pós-graduação, são brancas, vêm das classes média e alta, e são moradoras de bairros com mais infraestrutura, nas regiões da grande Tijuca, centro e zona sul da cidade. Já as camelôs, geralmente, possuem escolaridade de nível médio, são negras, de classe baixa e residem em bairros de menor infraestrutura, na zona norte do Rio de Janeiro e em demais cidades da região metropolitana, como São Gonçalo, Duque de Caxias, Queimados, entre outras.

As diferenças sociais descritas acima refletem na forma como o poder público trata essas trabalhadoras. Mesmo nos casos em que a prefeitura e seus órgãos de repressão interromperam desfiles de blocos considerados irregulares, o meio de trabalho de musicistas, seus instrumentos, não costumam ser apreendidos. Já no caso das ambulantes, a apreensão de seus materiais de trabalho por parte da prefeitura é constante, por meio de agentes da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP) e da Guarda Municipal. Para a trabalhadora ambulante Alinny Gomes, camelôs não têm seu espaço nem seu trabalho reconhecidos pelo poder público:

Qual é o meu espaço perante a prefeitura, o governo, quem for? Então, o meu maior sonho é esse, é falar assim: o ambulante hoje é reconhecido como um trabalhador. Olha quantas pessoas vão se favorecer quando isso acontecer, entendeu? Pô, centenas de pessoas vão poder trabalhar em paz, sem correr... Eu já corri de guarda grávida, já perdi mercadoria. É a sensação de [ser] incapaz. Você ficar ali parada, vendo aquele rapaz pegando tudo que você comprou e botando em uma sacola. Meu Deus, é muito ruim. Meu sonho é esse, ninguém passar mais por isso. Hoje é minha prioridade, seria meu maior sonho (Gomes, 2022).

Segundo o relatório *Camelôs: panorama das condições de trabalho de homens e mulheres*

no centro do Rio de Janeiro, lançado em janeiro de 2019, houve um aumento do número de mulheres trabalhando como ambulantes não só no Rio de Janeiro, mas em todo o país. Entre 2015 e 2017, mais de 50% das pessoas que entraram no mercado informal do comércio ambulante brasileiro eram mulheres (Camelôs, 2019). O relatório aponta uma série de dificuldades que as trabalhadoras ambulantes enfrentam, desde as mais gerais que atravessam as atividades de toda mulher trabalhadora. Há uma menor remuneração quando comparadas aos homens e a ausência de políticas públicas específicas para as mulheres mães, como, por exemplo, creches públicas. Há também questões específicas das mulheres camelôs, como a ausência de banheiros públicos e de locais para guardar seus carrinhos e mercadorias, além da constante insegurança frente à violências, inclusive advinda da repressão do poder público à vendedores(as) ambulantes.

É importante ressaltar que esse mesmo movimento da prefeitura do Rio de Janeiro, desencadeado pelos megaeventos, de preparar a cidade, ordenar a população e reprimir a classe trabalhadora informal, tem forte caráter neoliberal. Essas práticas não afetam somente as formas de trabalho relativas à formalidade ou informalidade dos vínculos trabalhistas, mas também em políticas públicas que impactam no cotidiano dos trabalhadores(as). Com as PPPs implementadas por Eduardo Paes na festa carnavalesca carioca a partir de 2009, por exemplo, a empresa de bebidas Ambev, do bilionário Jorge Paulo Lemann, tornou-se a patrocinadora master do chamado Carnaval Oficial, posição que continua ocupando até hoje. A Ambev assume a gestão das formas de trabalho e do cadastramento de camelôs, determinando de forma prévia qual de suas marcas será comercializada durante a festa; os preços de cada produto; a quantidade de produtos que poderá ser comercializada por cada ambulante; e quantas(os) camelôs serão autorizados a trabalhar na festa, mediante sorteio entre quem se cadastrar (Ferreira, 2023). Quem não for sorteado(a) e/ou quem não seguir as regras impostas pela Ambev, corre o risco de ser proibido de trabalhar nas ruas e ter suas mercadorias confiscadas pelos órgãos de repressão e fiscalização da prefeitura.

Na Abertura Não Oficial do Carnaval de Rua de 2016, realizada pelo coletivo carnavalesco Desliga dos Blocos, houve um dos atos recentes mais significativos de repressão e violência da prefeitura contra foliões e foliãs durante cortejos carnavalescos na cidade do Rio de Janeiro. O problema começou quando agentes da Guarda Municipal (GM) carioca iniciaram uma abordagem truculenta contra um vendedor ambulante, na tentativa de apreender os itens considerados “irregulares” comercializados por ele. Durante a ação, o excesso de força por parte dos agentes públicos foi tão significativo, que a caixa de isopor do ambulante foi quebrada, gerando reações dos foliões e foliãs em defesa do camelô. Houve uma confusão generalizada, com uso de balas de borracha e bombas de efeito moral por parte da GM e arremessos de garrafas por parte dos

brincantes (G1 Rio, 2016). As medidas da prefeitura carioca de regulamentação e privatização do carnaval, com forte caráter mercadológico e neoliberal, desencadeiam também um processo de cerceamento ao trabalho informal, à festa carnavalesca e à ocupação do espaço público.

Assim, observar e complexificar as práticas e as formas de organização política de trabalhadoras do carnaval de rua carioca frente à articulação entre o sexismo, a precarização do trabalho e o cerceamento da ocupação do espaço público se torna vital para analisar não só o espaço da festa, mas sua relação com a estrutura da sociedade. Essas trabalhadoras enfrentam a precariedade do trabalho, fruto do avanço de uma lógica neoliberal que atinge o campo das artes com hiperflexibilização, instabilidade e o caráter de informalidade, agravado pelo padrão sexista de desvalorização e invisibilização do trabalho feminino. Além disso, outro fator que impacta diretamente suas condições laborais é o fato de trabalharem nas ruas em uma cidade hostil às suas presenças, tanto pelas regulações de viés mercadológico da prefeitura carioca à festa carnavalesca, quanto pelas implicações do sexismo na ocupação das ruas pelas mulheres, que também são tratadas de forma diferenciada por suas distintas condições de raça e classe, em que mulheres negras e pobres enfrentam as condições precárias de trabalho e ocupação das ruas de forma ainda mais aguda, com maior vulnerabilidade à violência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O carnaval de rua carioca é, historicamente, um espaço utilizado de forma política, tendo uma imensa potência em produzir novas discussões e práticas. As trabalhadoras da festa têm tensionado e questionado as estruturas opressivas da sociedade, reivindicando articuladamente direitos trabalhistas, direito à cidade e direitos feministas. Os reflexos do sexismo, do capitalismo, das cidades fragmentadas e do racismo nas dinâmicas da festa carnavalesca têm feito com que diversas mulheres tenham tomado consciência sobre suas condições de gênero, raça e classe. Elas têm politizado suas atuações e questionado as dinâmicas neoliberais que precarizam seus trabalhos e alteram as formas de uso do espaço público. Essas mulheres têm construído novas formas associativas, por meio de coletivos, blocos e movimentos carnavalescos, possibilitando pensar e refletir sobre a cidade, o trabalho, a folia, o feminismo e a sociedade, questionando as estruturas sociais que não deixam de atuar durante a folia do carnaval carioca.

Trazer as questões da violência sexista no carnaval, tanto as materiais quanto as simbólicas, é importante para desnaturalizar processos já cristalizados na festa e na sociedade. Muitas vezes, as mulheres não notam ter passado por situações de violência ou, quando notam, optam por não lidar

com o caso, como mecanismo de defesa, evitando constrangimentos e perseguições. Algumas das iniciativas feministas que começaram na festa e a partir de trabalhadoras do carnaval foram expostas ao longo desse artigo, mas ainda há muito trabalho a ser feito em busca de uma cidade e de uma festa carnavalesca com melhores condições para trabalhadoras e foliãs. Somente a luta política organizada em torno dos direitos das mulheres conseguirá modificar o panorama sexista que atravessa de diferentes modos o cotidiano das trabalhadoras do carnaval de rua carioca. Essa luta precisa também envolver os homens e sempre estar indissociavelmente conectada com o enfrentamento aos demais sistemas de opressão e exploração, como o racismo, o capitalismo e a LGBTI+fobia, por exemplo.

Além disso, refletir sobre as condições e formas de organização laboral de trabalhadoras do carnaval de rua carioca frente à articulação entre o sexismo, a precarização do trabalho e o cerceamento da ocupação do espaço público se torna vital para complexificar as relações sociais envolvidas não só com o espaço material da festa, mas com toda a estrutura da sociedade. Em pleno avanço da crise neoliberal, que sobrecarrega ainda mais as mulheres, já tão afetadas pelas jornadas duplas e triplas, refletir sobre suas condições de vida e trabalho se torna muito importante e essencial para a articulação sociopolítica feminista.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Lívia. *Entrevista concedida à autora*. 28 jan. 2021. 01 arquivo de vídeo .mp4, 56 min. 45 seg.
- ANTONACI, Giovanna. *Entrevista concedida à autora*. 08 fev. 2021. 01 arquivo de vídeo .mp4, 54 min. 14 seg.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 4ª ed. Florianópolis: Insular, 2019.
- BATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? In: *Revista Outubro*, ed. 32, v. 1, 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf>.
- BECKER, Howard S. *Mundos da Arte e Atividades Coletivas*. In: *Mundos da Arte*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- CAMELÔS. *Panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de*

- Janeiro. IPPUR/UFRJ (coord.), MUCA (coord.), jan. 2019. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Camel%C3%B4s-na-%C3%A1rea-central-jan-2019.pdf>>
- COURI, Cristina. *Entrevista concedida à autora*. 28 jan. 2021. 01 arquivo .mp4, 53 min. 18 seg.
- DAMATTA, Roberto. *Carnaval, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FERREIRA, Ana Clara Vega M. V. *Carnaval, mulheres e produção cultural: papéis sociais de gênero nos blocos de rua da cidade do Rio de Janeiro*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Produção Cultural) - UFF, IACS, Niterói, 2021.
- FERREIRA, Ana Clara Vega M. V.. “*A cidade não pára, a cidade só cresce*”: articulações entre cidade, gênero, trabalho e festa por trabalhadoras do carnaval de rua carioca contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) - UFF, IACS, Niterói, 2023.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FRYDBERG, Marina Bay; FERREIRA, Ana Clara Vega M. V.; DIAS, Emily Cardoso. O Direito à Cidade no Carnaval dos Blocos de Rua: Apropriações, Ressignificações e Espaço de Luta Política. In: *Anais do X Seminário Internacional de Políticas Culturais*, Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 355-367, 2019.
- FRYDBERG, Marina Bay; FERREIRA, Ana Clara Vega M. V.; DIAS, Emily Cardoso. “Ocupamos as ruas com estandartes, confetes e serpentinas mostrando que o Rio é nosso”: O carnaval dos blocos de rua como espaço de luta política pelo direito à cidade. In: *Ponto Urbe* [Online], v. 27, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/9327>.
- GOMES, Alinny. In: #24 Papo na Laje: Dignidade no Trabalho: Construção Coletiva. *Youtube*, 21 abr. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/oInT2NU9b_4>. Acesso em: 1 mai. 2022.
- GONÇALVES, Renata de Sá. *Os ranchos pedem passagem*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2003.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- G1 Rio. Confusão na abertura não oficial do Carnaval do Rio tem dois detidos. *G1*, 4 jan. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/carnaval/2016/noticia/2016/01/confusao-na-abertura-nao-oficial-do-carnaval-do-rio-tem-dois-detidos.html>>. Acesso em 15 set 2022.
- HERSCHMANN, Micael. Apontamentos sobre o crescimento do Carnaval de rua no Rio de Janeiro no início do século 21. Intercom, *Rev. Bras. Ciênc. Comun.* [online], vol. 36, n. 2, p. 267-289, 2013.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniéle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- KERGOAT, Daniéle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas*. Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

KERN, Leslie. *Ciudad feminista: la lucha por el espacio en un mundo diseñado po hombres*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: EGodot Argentina, 2020. Traducción: Renata Prati.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. Tradução: Rubens Eduardo Frias.

MACHADO, Fernanda Amim Sampaio. In: *Carnaval é direito. Relatório da Comissão Especial com finalidade de analisar a relação e as responsabilidades entre o poder público municipal e o carnaval*. Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2017.

MENGER, Pierre-Michel. As artes: laboratório de flexibilização. In: *Retrato do artista enquanto trabalhador: metamorfoses do capitalismo*. Lisboa: Roma Editora, 2005.

OLIVEIRA, Marcele. *Entrevista concedida à autora*. 05 fev. 2021. 01 arquivo de vídeo .mp4, 103 min. 13 seg.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RELATÓRIO CORETO – CARNAVAL 2023. *Coreto* – Coletivo de Blocos Organizados do Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/182dAqc01CzmDK5ShEUocjOH86LbTrQmv/view>>. Acesso em 31 mai. 2024.

RIBEIRO, Nicolle. *Entrevista concedida à autora*. 26 jan. 2021. 01 arquivo .mp4, 59 min, 39 seg.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SIMSON, O. R. de M. Von. Mulher e carnaval: mito e realidade (análise da atuação feminina nos folgedos de Momo desde o entrudo até as escolas de samba). *Revista de História*, [S. l.], n. 125-126, p. 7-32, 1992. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i125-126p7-32. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18661>. Acesso em: 18 set. 2022.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, p. 207-228, 1990.

Licença e Direitos:



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).